



A EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE E SEUS ASPECTOS CIENTÍFICOS E SOCIOCULTURAIS: UMA ABORDAGEM NOS ANOS INICIAIS

Education for sexuality and its scientific and sociocultural aspects: an approach in the beginning years

Fernanda Fernandes [ferfernandes.26@gmail.com]

*Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática
Universidade Federal do Paraná, Campus Centro Politécnico
Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 100, Curitiba, Paraná, Brasil*

Leonir Lorenzetti [leonirlorenzetti22@gmail.com]

*Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática
Universidade Federal do Paraná, Campus Centro Politécnico
Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 100, Curitiba, Paraná, Brasil*

Resumo

Este estudo objetivou desvelar de que maneira a Educação para Sexualidade pode ser abordada e discutida com base na implementação de uma sequência didática para o 5º ano, do Ensino Fundamental, nas aulas de Ciências. Tal sequência foi desenvolvida em sete encontros, com duração de 100 minutos cada um, os quais ocorreram ao longo de sete semanas. Esta investigação apresentou cunho qualitativo, baseado em uma pesquisa de intervenção pedagógica. A análise de dados ocorreu a partir da transcrição do áudio das aulas e das atividades realizadas pelos (as) estudantes, com base na Análise de Conteúdo, tendo como categorias *a posteriori* a) *aspectos científicos da Educação para Sexualidade* e como subcategorias anatomia e fisiologia b) *aspectos socioculturais da Educação para Sexualidade*, com as subcategorias: respeito às diferenças, crenças e tabus, prevenção e saúde e proteção. No decorrer da implementação da sequência, foi discutida a importância da inserção da Educação para Sexualidade dentro do espaço escolar, articulando as categorias dos aspectos científicos com os socioculturais, a fim de que não ocorresse a fragmentação dos conhecimentos acerca do corpo, contribuindo para a formação de crianças sexualmente saudáveis que se tornarão adultos conscientes e responsáveis sobre seus corpos e seus direitos sexuais.

Palavras-Chave: Educação para Sexualidade; Sexualidade; Sequência Didática; Anos iniciais; Ensino Fundamental.

Abstract

This study aimed to unveil how Education for Sexuality can be approached and discussed based on the implementation of a didactic sequence for the 5th year of elementary school, in Science classes. This sequence was developed in seven meetings, lasting 100 minutes each, which took place over seven weeks. This investigation presented a qualitative nature, based on an interventional research. Data analysis occurred from the audio transcription of classes and activities carried out by students, based on Content Analysis, having as *a posteriori* categories the scientific aspects of Education for Sexuality and the socio-cultural aspects of Education for Sexuality, together with the subcategories Anatomy and Physiology; and respect for differences, beliefs and taboos, prevention and health and protection, respectively, allocated to the previously mentioned categories. During the application of the sequence, the importance of inserting Sexuality Education into the school space was discussed, articulating the categories of scientific and socio-cultural aspects, in order to avoid the fragmentation of knowledge about the body, contributing to the formation of sexually healthy children who will become aware and responsible adults about their bodies and their sexual rights.

Keywords: Sexual Education; Sexuality; Didactic Sequence; Beginning Years; Elementary School.

INTRODUÇÃO

Na tentativa de romper com um ensino fragmentado, descontextualizado, que impede que os (as) estudantes façam conexões com a vida, o Ensino de Ciências tem buscado incluir elementos políticos, econômicos, culturais, tecnológicos e sociais em suas discussões. A Educação para Sexualidade (ES) é uma dessas abordagens possíveis no contexto do Ensino de Ciências, uma vez que supera o ensino mecanicista de viés biológico e fisiológico do corpo, mas que se compromete em fazer com que os (as) estudantes aproveitem seus conhecimentos, tanto para a tomada de posicionamentos em relação à sociedade como em relação a si mesmos, no seu autodesenvolvimento. Trata-se de uma temática que contém uma perspectiva política capaz de provocar reflexões críticas acerca de processos de exclusão, discriminação e opressão presentes na sociedade.

Contudo, quando falamos de sexualidade no espaço escolar, a sociedade, como um todo, se polariza em dois grupos: aqueles que, segundo Fernandes (2020), acreditam que ao falar sobre a temática as crianças estarão sendo erotizadas, ensinadas a ter uma relação sexual e estimuladas à iniciação sexual precoce; e os que defendem a inserção dessa temática, no espaço escolar, por compreender a sua importância para além do conhecimento do corpo, do desenvolvimento da autoestima, do ensino sobre o exercício da sexualidade, de forma segura e responsável e da proteção contra as violências sexuais.

Figueiró (2004, p. 38 apud Maio, 2012, p. 216) afirma que abordar a Educação para Sexualidade é um processo difícil e que ocupa posição marginalizada na qual esteve e ainda está colocada, além de ser caracterizada por diversas formas:

“Não é considerada uma questão prioritária na educação escolar; Não é colocada em prática na maioria das escolas brasileiras; É praticada em um número restrito de escolas, por iniciativa de alguns professores isoladamente; É praticada em algumas escolas de rede pública, por iniciativa, principalmente, de órgãos oficiais da educação ou da saúde, as quais, depois de um pequeno número de anos, interrompem o apoio efetivo; É criticada por uma parcela pequena, porém efetivamente significativa de professores e elementos da comunidade como um trabalho não da escola, mas da família (Figueiró, 2004, p. 38 apud Maio, 2012, p. 216)”.

As discussões acerca da sexualidade, no âmbito escolar, são recentes no Brasil. Conforme Sayão (1997), seus primeiros debates ocorreram nos anos de 1920 e 1930, acompanhado, em seguida, de um longo período de retrocesso político e social pelo qual passava o país e que contribuiu para que se cessassem as discussões sobre a temática. Anos depois, com a promulgação da Lei 5.692/71 (Lei 5.692/71, 1971) e com a alteração na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a sexualidade voltou a ser discutida no espaço escolar, visto que se tornou obrigatória a inclusão de programas voltados à promoção da saúde nos currículos escolares.

Todavia, foi com o agravamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), da gravidez na adolescência e dos crescentes casos da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), que se intensificaram as iniciativas para a elaboração de documentos curriculares para a Educação, culminando nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com o tema transversal Saúde (MEC, 1997a), cujo objetivo era garantir às crianças e aos jovens o direito de acesso a conhecimentos conceituais, atitudinais e valorativos da Educação para Sexualidade.

Atualmente, com a retomada de movimentações conservadoras no cenário político e social, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (MEC, 2018) – apresenta um retrocesso no que se diz respeito à abordagem da sexualidade no espaço escolar, limitando essa discussão nos anos iniciais e postergando-a aos anos finais. Além disso, há, também, grupos conservadores e religiosos que, por meio de projetos legislativos, inspirados em um movimento que fere a Constituição e persegue e censura o trabalho docente, chamado de Escola sem Partido, intencionam vetar os (as) professores (as) à menção de assuntos políticos, de gênero e que envolvam a sexualidade. O Projeto Escola sem Partido (PL) 7.180/14 foi retirado da pauta de votações na Câmara Legislativa arquivado em dezembro de 2018, após a 12ª reunião para votar o parecer. Com o fim da legislatura, todos os projetos que não apresentavam parecer aprovado nas comissões foram automaticamente arquivados. Pelo regimento da Câmara, o autor do projeto ou de qualquer outro que tramita em conjunto pode apresentar requerimento para desarquivá-lo. Se isso acontecer, a tramitação começará do zero, com a criação de uma nova comissão.

Como qualquer outra instituição social, a escola tem papel preponderante no desenvolvimento pleno de seus estudantes. A escola é muito mais que reprodução de fórmulas e enunciados, ela tem a função de oportunizar ao (à) estudante o contato com a realidade e com o mundo que o (a) cerca, visando sempre uma

formação integral, uma vez que a escola é influenciada por questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Em relação à Educação para Sexualidade, a escola deve possibilitar, também, ações críticas e reflexivas sobre os tabus, os preconceitos, as crenças e as atitudes que se fazem presentes na sociedade, além do conhecimento sobre o próprio corpo, o respeito sobre si e pelo outro, o papel social da mulher e do homem e os demais tópicos inclusos nos objetivos dessa temática.

Durante todo o tempo em que é discutida a Educação para Sexualidade, no espaço escolar, objetivos são reformulados, faixa etária dos (as) estudantes é questionada, termos criados e práticas pedagógicas contestadas. Entre essas ações e pesquisas, está a discussão sobre os termos utilizados quando a sexualidade está relacionada aos processos de Educação. Segundo uma pesquisa realizada por Xavier Filha (2009a; 2009b), até os anos 80, o termo utilizado para discutir a sexualidade no espaço escolar era “Educação Sexual”; a partir da metade dos anos 80 até metade dos anos 90 o termo empregado passa a ser “Orientação Sexual”. Com a chegada dos anos 2000 e com o aumento do debate acerca da sexualidade, de acordo com Varela e Ribeiro (2017, p. 15), *“alguns (mas) teóricos (as) começaram a pensar as questões da sexualidade a partir de práticas educativas diferenciadas daquelas já historicamente conhecidas”*, propondo, assim, outras nomenclaturas que demarcariam a temática dentro da área educacional. É, a partir daí, que surge o termo “Educação para Sexualidade”, ganhando força a partir do ano de 2005, abordando de maneira mais ampla a sexualidade, com ênfase também em seus aspectos históricos, sociais e culturais.

Julgados pelo corpo docente, muitas vezes, como os (as) que possuem mais conhecimento, a escolha pelos (as) professores (as) de Ciências e Biologia para discutirem a sexualidade no ambiente escolar é uma predileção que acontece ao longo de toda a história da Educação para Sexualidade, tornando assim as aulas de Ciências ou Biologia como os únicos momentos em que se pode falar de corpo, entretanto, de uma maneira puramente anatômica, reduzindo a sexualidade em conhecimento das estruturas que compõem os sistemas sexuais masculino e feminino. Autores, como Louro (2008) e Figueiró (2007), defendem que é necessário superar essa visão biologizante da sexualidade que vemos, na maioria das vezes, no espaço escolar, e não negligenciar seus outros aspectos.

“A Educação Sexual é muito mais que aulas sobre a Biologia e a Fisiologia da sexualidade; refere-se a propiciar oportunidades para discussões, reflexões, debates em grupo, com os colegas, coordenado por um educador. Neste processo, é muito importante o espaço que se disponibiliza para trabalhar, sentimentos, emoções, atitudes e valores (Figueiró, 2007, p. 28)”.

Furlani (2005), no entanto, aponta que o problema não está na presença desse tipo de abordagem restrita ao biológico, mas no fato de que o seu uso exclusivo implica em um currículo limitado e reducionista, onde questões sociais são explicadas por meio do cientificismo, tornando a Biologia meio e fim da sexualidade.

Além das proposições pontuadas, anteriormente, por Furlani (2005), Figueiró (2007) e Louro (2008), outro desafio da abordagem da Educação para Sexualidade no contexto escolar é a compreensão errônea que alguns/algumas docentes têm sobre o assunto, das discussões que, em algumas vezes, conflitam com orientações religiosas e familiares, dos preconceitos existentes quanto à temática e a falta de entendimento sobre como desenvolver a Educação para Sexualidade no espaço escolar. Figueiró (1996), Nunes (1996) e Furlani (2005, 2016) apresentaram em suas pesquisas contribuições ao classificarem e analisarem algumas abordagens da sexualidade e da Educação para Sexualidade possíveis de serem feitas.

“Debruçar o olhar, teórico e didático, sobre essas abordagens tem uma grande implicação educativa e política para o trabalho docente. Entendo que cada uma delas pressupõe uma concepção de educação, em entendimento de sexualidade e de vida sexual humana, um entendimento de valores morais e éticos da vida em sociedade, um entendimento de direitos e de sujeitos merecedores desses direitos e, sobretudo, cada uma dessas abordagens define a prática docente e o perfil da/o professora/or que pensará, planejará e desenvolverá essa Educação Sexual (Furlani, 2016, p. 15)”.

O discurso, que visa ao conhecimento do corpo e da relação sexual segura, faz parte da abordagem denominada como **Abordagem Médica** proposta por Figueiró (1996, p.52) onde a “diáde saúde-doença valoriza o fornecimento de informações em contexto de relação terapêutica ou de programas preventivos de saúde pública, para assegurar a saúde sexual do indivíduo e da coletividade”.

Nessa mesma linha, está a abordagem **Médico-biologista** proposta por Nunes (1996), e as abordagens **Terapêutica e Biológica-higienista** propostas por Furlani (2005, 2016) que consistem em uma

perspectiva higienista da sexualidade, que apesar de seus pontos negativos, de acordo com Figueiró (1996, p. 60), também trouxe contribuições importantes para a sociedade, uma vez que foi por meio dessa abordagem que começaram a ocorrer discussões sobre a sexualidade.

Outras concepções propostas por Figueiró (1996), Nunes (1996) e Furlani (2005, 2016) são, respectivamente, as abordagens **Religiosas Católicas e Protestantes, Concepção Normativo-Institucional, Abordagem Religiosa-radical e Abordagem Moral-Tradicionalista**, que seguem as normas de vários grupos: igreja, famílias, meios de comunicação, entre outros, que visam transmitir normas pautadas em uma concepção de sexualidade baseada em critérios de ordem e conservação.

O Projeto Escola sem Partido assemelha-se às abordagens **Religiosas Católicas e Protestantes, Concepção Normativo-Institucional, Abordagem Religiosa-radical e Abordagem Moral-Tradicionalista**, as quais, assim como critica Furlani (2005, 2016), priva os jovens da informação pela censura que assume, não discutindo formas de prevenção e práticas sexuais seguras. Além disso, essas abordagens “defendem a Educação Sexual como sendo de competência da família, que deve desencorajar o controle reprodutivo e que constrói enunciados que legitimam a homofobia” (Furlani, 2016, p.18).

A **Abordagem Pedagógica**, proposta por Figueiró (1996), valoriza o processo de ensino e de aprendizagem, incluindo na discussão tanto os aspectos informativos quanto os formativos. No entanto, aspectos políticos não são privilegiados, aqui, mas são propostos na **Abordagem Política** que concebe a Educação para Sexualidade como agente de transformação social, proporcionando também discussões acerca das relações de poder, de respeito às diferenças e de respeito às minorias.

Outra abordagem que defende o discurso crítico sobre a sexualidade, é a **Concepção Dialética e Política** denominada por Nunes (1996). Tal abordagem alega que nas escolas, a Educação para Sexualidade deve ser ministrada levando em conta os aspectos políticos, filosóficos e pedagógicos.

A **Abordagem Consumista-quantitativa** e a **Terapêutico-descompressiva**, também, foram propostas por Nunes (1996). O autor acredita que a sexualidade, na primeira abordagem, é transformada em produto, “*alienando-se e extrojetando-se na quantificação e na desertização do corpo*” (Nunes, 1996, p.198). Já na terapêutica-descompressiva a sexualidade é vista como centro de prazer e gratificação.

Nunes (1996) e Furlani (2016), também, possuem em suas pesquisas a **Abordagem Emancipatória** da Educação para Sexualidade, cujas bases estão na Teoria Crítica Marxista, que concebe além do comportamento crítico a transformação das relações sociais. Para Melo (2002, p. 37-38) “*uma abordagem de Educação Sexual emancipatória é visualizada como uma intervenção qualitativa, intencional, no processo educacional [...] que busca desalojar certezas, desafia debates e reflexões [...] contribuindo na busca pela cidadania para todos*”.

Por fim, a **Abordagem dos Direitos Humanos, a Abordagem dos Direitos Sexuais e a Abordagem Queer** são propostas por Furlani (2005, 2016) e, segundo Gulo (2011, p. 71), são abordagens “*que estão comprometidas em lutas políticas, porém com enfoque maior contra a dominação se comparado ao enfoque dado à luta contra a repressão, além de uma atenção especial às práticas discursivas como oposição à autonomia da agência humana*”.

Segundo Furlani (2016), a Educação para Sexualidade baseada na abordagem dos Direitos Humanos:

“É aquela que fala, explicita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades ‘excluídas’. Trata-se de um processo educacional que é assumidamente político e comprometido com a construção de uma sociedade melhor, menos desigual, mais humana – na totalidade semântica desses termos (Furlani, 2016, p. 24)”.

Já a abordagem dos Direitos Sexuais é baseada na Declaração dos Direitos Sexuais, elaborada no 13º Congresso Mundial de Sexologia, realizado em 1997, em Valência, na Espanha. Essa declaração congrega 11 artigos que apresentam “reivindicações e conquistas, de reconhecimento e respeito aos grupos e/ou sujeitos subordinados” (Furlani, 2016, p. 24).

Entender as abordagens apresentadas por Figueiró (1996), Nunes (1996) e Furlani (2005, 2016) se faz necessário para fazer aproximações, analisar contribuições e buscar identificar quais das abordagens apresentadas devem guiar e/ou estão presentes nos trabalhos de Educação para Sexualidade, tanto nas escolas de Educação Básica quanto no Ensino Superior. Um espaço de confluência e práticas pedagógicas

que pode abordar a Educação para Sexualidade e seus aspectos científicos, morais, políticos, culturais e sociais, é o Ensino de Ciências com o enfoque na Educação Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). A Educação CTS, no Ensino de Ciências, defende um ensino centrado no (a) estudante e não somente nos conteúdos ensinados. Um ensino que considere a relevância social dos conteúdos, de modo a preparar os (as) estudantes para a tomada de decisões responsáveis por meio do conhecimento adquirido e da problematização que é feita baseada no seu cotidiano, proporcionando uma formação cidadã, contrapondo-se, como indica Aikenhead (2005), ao ensino tradicional de Ciências.

“As questões relacionadas à formação cidadã como centrais, possibilitando aos estudantes repensarem suas visões de mundo e, em consequência, se tornarem cidadãos capazes de fazer opções de modo consciente, bem como avaliar seu modo de vida pessoal e coletivo e analisar previamente a consequência de suas decisões e ações no âmbito da coletividade (Silva, 2018, p. 27)”.

Com base nos pressupostos acima apresentados, foi planejada, implementada e avaliada uma Sequência Didática, cujo principal objetivo é que a sexualidade seja compreendida como dimensão humana, portanto, estará presente em todas as fases da vida, que suas manifestações não se justificam, apenas, pelo objetivo da “reprodução”; que a descoberta do corpo é uma expressão da sexualidade, que não deve haver segregação entre meninos e meninas; que há muitos modos de a sexualidade se expressar e que a Educação para Sexualidade pode e deve discutir valores como respeito, solidariedade e direitos humanos. Por fim, conceber que a construção do conhecimento é dialógica, oportunizando que o espaço escolar seja um ambiente de compartilhamento de experiências e vivências, visando à discussão e ao aprofundamento das reflexões a respeito da temática.

Além disso, espera-se, também, com esta pesquisa, suscitar inquietações, servir como embasamento para futuros (as) docentes e/ou pesquisadores (as) para respaldarem seus estudos, como sugestão de práticas que possam impactar no Ensino de Ciências, em sala de aula, e, ainda, para a quebra de tabus e preconceitos sobre a Educação para Sexualidade em sala de aula.

METODOLOGIA

Tendo como base metodológica a pesquisa de natureza qualitativa, em Educação, que se baseia em referenciais como Bogdan e Biklen (1994) e Lüdke e André (1986), a presente pesquisa também é de cunho exploratório (GIL, 2002), com delineamento do tipo intervenção pedagógica (Damiani *et al.*, 2013).

Segundo Damiani *et al.* (2013, p. 58), as pesquisas de intervenção pedagógica trata-se de:

“[...] investigações que envolvem o planejamento e a implementação de interferências, destinadas a produzir avanços ou melhorias nos processos de aprendizagem dos sujeitos que delas participam e a posterior avaliação dos efeitos dessas interferências”.

A estratégia selecionada para realizar a intervenção, em sala de aula, foi a Sequência Didática (SD), uma ferramenta didática que, segundo Zabala (1998, p.18), caracteriza-se por “*um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos estudantes*”. Sendo assim, o planejamento da SD, assim como sua validação, sucedeu no âmbito do Programa de Pós-Graduação, em Educação em Ciências e em Matemática, da Universidade Federal do Paraná, contando também com a aprovação do Grupo de Pesquisa em Alfabetização Científica e Tecnológica e da equipe responsável pelo currículo de Ciências da Natureza da Secretaria Municipal de Educação, de Curitiba. Além disso, cabe destacar que a pesquisa foi devidamente autorizada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná.

Antes de iniciar a implementação da SD e da gravação das aulas, os pais e/ou responsáveis dos (as) estudantes foram convidados a participar de um momento com a primeira autora, onde a pesquisa foi explicada, a fim de esclarecer possíveis dúvidas e solicitar a concessão da imagem e do som para uso exclusivo como dados de pesquisas, por meio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido aprovado, também, pelo Comitê de Ética da UFPR. Um número significativo de pais compareceu a esse encontro, os quais não hesitaram em autorizar a participação de seus (suas) filhos (as) na pesquisa. Os pais que não foram à escola, nesse momento de diálogo, foram abordados em outros momentos e também autorizaram a participação nas aulas da SD.

A instituição de ensino, escolhida para a intervenção, está localizada no município de Curitiba, estado do Paraná. Pertence ao Núcleo Regional de Educação do bairro Pinheirinho e é mantida pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Vale ressaltar que a escolha pela instituição se deu em função de ser o local de trabalho da autora da pesquisa, que exerce atividade docente, nessa escola, desde o ano de 2018, além de ser a professora da turma na qual foi implementada a sequência didática. A escola possuía, na época, cerca de 200 discentes em período integral, distribuídos em turmas da Educação Infantil e de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A comunidade escolar é composta, em grande parte, por famílias que dependem de atividades de baixa remuneração como, por exemplo, a reciclagem do lixo e os empregos domésticos. São famílias economicamente carentes, com nível de escolaridade, na sua maioria, deficitário, sendo que, aproximadamente, 4,2% dos moradores, com mais de 10 anos, não são alfabetizados e apenas 25% possuem o Ensino Médio. Conforme dados de maio de 2015, em pesquisa realizada pela própria escola, a renda média mensal era equivalente à metade da existente em Curitiba. Por esse motivo, 34,8% dos moradores da região eram beneficiados com o programa Bolsa Família do governo Federal.

Com base em características dos estudantes, dos conteúdos apresentados na sequência didática e do plano curricular do município de Curitiba, optou-se por desenvolver as atividades com a turma do 5º ano do Ensino Fundamental. Embora vários referenciais teóricos apontem que a Educação para Sexualidade pode e deve ser trabalhada desde a Educação Infantil, constatou-se que os conteúdos sobre a sexualidade humana apresentavam maior potencial de discussão. A classe, cuja principal característica era o fato de serem comunicativos e participativos, era composta por 26 estudantes, sendo 14 meninas e 12 meninos, entre 13 e 10 anos. Os encontros foram realizados durante as aulas de Ciências, ministradas pela primeira autora. Cada um dos sete encontros propostos buscou articular tanto os aspectos científicos quanto os socioculturais da Educação para Sexualidade, utilizando como organização metodológica os Três Momentos Pedagógicos (3MP) (Delizoicov, Angotti & Pernambuco, 2002), permitindo a conexão de uma aula com outra, aprofundando assim as discussões realizadas e os conceitos trabalhados.

A metodologia dos 3MP é composta por três passos sequenciais: Problematização Inicial, Organização do Conhecimento e Aplicação do Conhecimento. Na primeira etapa, os (as) estudantes são desafiados (as) a expor o que pensam sobre questões e/ou situações que conhecem e/ou presenciam e que estão envolvidas nos temas. Dessa maneira, o (a) professor (a) conhecerá o que eles pensam e, a partir das respostas geradas, podem fazer com que os (as) estudantes reconheçam a necessidade de se obter novos conhecimentos (Delizoicov, Angotti & Pernambuco, 2002). Na Organização do Conhecimento, acontece a preparação para se introduzir os conceitos científicos, ou seja, trata-se de um momento de desconstrução das concepções prévias e construção de conceitos e conhecimentos, mediado pelo (a) professor (a) (Delizoicov, Angotti & Pernambuco, 2002; Muenchen, 2010). Por fim, na terceira e última etapa dos 3MP, denominada de Aplicação do Conhecimento, segundo Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002), o (a) estudante emprega o conhecimento do qual vem se apropriando para analisar e interpretar as situações propostas na problematização inicial, e outras que possam ser explicadas e compreendidas pelo mesmo conhecimento.

No quadro abaixo, segue a estruturação da SD, a qual foi denominada “Eu, meu corpo e minha sexualidade”¹.

Quadro 1 – Composição da sequência didática “Eu, meu corpo e minha sexualidade”.

Aula	Conteúdo específico	Objetivos de aprendizagem	Metodologias de ensino e recursos
1	<ul style="list-style-type: none"> - Corpo humano com ênfase na Educação para Sexualidade. - Células reprodutivas femininas e masculinas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender que o ser humano é único e pertence a uma sociedade. - Perceber que as pessoas são diferentes umas das outras. - Estabelecer um clima de respeito à maneira de ser de cada um, à história pessoal e às preferências manifestadas. - Compreender que as diferenças entre os seres humanos são biológicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cartas do jogo “Quem sou eu?” com a foto de cada estudante. - Pedacos de papel kraft medindo 1,70 cm x80cm. - Vídeo: “Normal é ser diferente”. - Diagrama impresso.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Fases da vida humana. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as inúmeras configurações familiares. - Conhecer as fases da vida humana. - Relacionar as fases humanas com as modificações corporais, emocionais e comportamentais, pertencentes a cada uma. - Relacionar as fases da vida humana com a sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vídeo: “O que o nosso corpo faz para que a gente cresça e modifique?”. - Livro: “É tudo família!: sobre a filha da nova namorada, sobre o irmão da ex-mulher do papai e outros parentes”.

¹ Uma análise detalhada da sequência didática pode ser vista em Fernandes (2020).

Aula	Conteúdo específico	Objetivos de aprendizagem	Metodologias de ensino e recursos
3	- A puberdade e os órgãos sexuais masculino e feminino.	- Conhecer o conceito de puberdade e as mudanças corporais e emocionais associadas a ela. - Diferenciar o corpo feminino e o masculino em seus aspectos biológicos. - Conhecer os órgãos sexuais bem como suas funções. - Compreender que as pessoas se desenvolvem cada uma a seu tempo.	- Livro "O que está acontecendo comigo?". - Vídeo "Por que o corpo da mulher é diferente do homem?". - Quebra-cabeça do sistema sexual interno, masculino e feminino.
4	- Fecundação. - Gravidez.	- Compreender como ocorre a fecundação. - Entender o período gestacional e suas fases. - Conhecer sobre o desenvolvimento do bebê no útero materno.	- Ovos de galinha. - Vídeo "Reprodução Humana: Gravidez, Desenvolvimento Fetal e Parto".
5	- Prevenção e proteção do corpo. - Higiene Corporal. - Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). - Métodos contraceptivos e preservativos.	- Compreender como a higiene corporal mantém o nosso corpo livre de doenças. - Perceber que doenças podem ser transmitidas por meio do contato sexual. - Compreender que existem métodos contraceptivos e preservativos para se evitar a gravidez e o contágio de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). - Conhecer as vacinas existentes e que podem combater as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). - Entender que as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) não são, muitas vezes, perceptíveis sem um exame laboratorial e que sua transmissão pode ocorrer entre várias pessoas.	- Jogo de tabuleiro. - Texto: "Prevenção nunca é demais".
6	- Abuso sexual.	- Compreender que o abuso sexual é crime. - Diferenciar toques de carinho de toques abusivos. - Conhecer os canais de denúncia contra o abuso sexual infantil. - Instruir-se de maneiras de se proteger contra o abuso sexual infantil.	- Brincadeira "gato e rato". - Vídeo "Defenda-se: autodefesa de crianças contra a violência sexual 11 sentimentos". - Vídeo "Defenda-se: autodefesa de crianças contra a violência sexual 08 Denúncia".
7	- Fecundação. - Gravidez.	- Fecundação. - Gravidez	- Visita ao Museu da Vida – Exposição "1000 dias".

Para a constituição dos dados, foram consideradas as transcrições dos áudios gravados durante os encontros da SD e as atividades desenvolvidas pelos (as) estudantes, as quais foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), que consiste em um método de tratamento de informações presentes em mensagens e caracteriza-se como um conjunto de análise das comunicações, as quais, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens comunicadas, possibilita a inferência de conhecimentos sobre essas mensagens.

Estabelecida em três fases, na primeira etapa da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), os dados passaram inicialmente pela pré-análise, a partir da qual foi definido o *corpus* da análise e formuladas as hipóteses e os objetivos. Em seguida, o material foi explorado, as unidades de registro estabelecidas e os dados categorizados, emergindo então duas categorias e seis subcategorias a *posteriori*, descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias de análise.

Categorias	Subcategorias	Compreensões
Aspectos Científicos da Educação para Sexualidade	Anatomia	Aspectos relacionados à forma e à estrutura do organismo humano.
	Fisiologia	Aspectos referentes ao estudo das funções e do funcionamento do organismo humano.
Aspectos Socioculturais da Educação para Sexualidade	Respeito às diferenças	Multiplicidade individual, o respeito às diferenças e aos interesses pessoais.
	Crenças e Tabus	Situações em que uma ou várias pessoas acreditam, além de assuntos vistos como proibidos. Também estão alocados nessa subcategoria os depoimentos dos (as) estudantes.
	Prevenção e Saúde	Medidas para manter o corpo saudável.
	Proteção	Situações de abuso sexual e combate a ele.

Por fim, os resultados foram tratados de maneira a se tornarem significativos e válidos. Assim sendo, a SD, as categorias e as atividades realizadas, durante os encontros, foram analisadas, buscando correlacioná-las com referencial teórico da área. Durante esse procedimento de análises, foi utilizado o software QDA Miner Lite, uma ferramenta gratuita de análise qualitativa de dados que auxiliou o processo de categorização ao término da codificação dos documentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das discussões e das atividades realizadas, durante a aplicação da SD, foram agrupados nas categorias definidas a *posteriori*, indícios de apropriação de saberes, a utilização de termos científicos e/ou conhecimentos os quais remetiam às discussões de assuntos ligados à Educação para Sexualidade. Mediante aos dados constituídos, foram contabilizados os discursos dos estudantes que contemplaram, pelo menos uma vez, cada uma das categorias e subcategorias de análise utilizadas, indicados em número e porcentagem por aula no Quadro 3.

Quadro 3 – Número e porcentagem de falas com ocorrência das categorias por aula.

Aula	Aspectos Científicos da Educação para Sexualidade		Aspectos Socioculturais da Educação para Sexualidade			
	Anatomia	Fisiologia	Respeito às diferenças	Crenças e Tabus	Prevenção e Saúde	Proteção
1	1	8	4	5	3	-
2	-	6	-	3	-	-
3	12	8	1	-	-	-
4	3	5	1	10	1	2
5	-	1	-	-	8	-
6	-	-	-	-	-	6
7	2	7	-	1	3	-
Total	18 (17,8%)	35 (34,7%)	6 (5,9%)	19 (18,8%)	15 (14,9%)	8 (7,9%)

Com o intuito de facilitar a análise, as discussões foram divididas de acordo com as categorias de análise, discutindo-se, inicialmente, os **Aspectos Científicos da Educação para Sexualidade**, seguida dos **Aspectos Socioculturais da Educação para Sexualidade**. Além disso, as aulas foram indicadas pela letra A (número da aula) F (número da fala do estudante).

Foram compreendidos, na categoria **Aspectos Científicos da Educação para Sexualidade**, os discursos dos (as) estudantes onde eles (as) utilizaram ou tentaram utilizar conceitos/termos científicos nas discussões emergidas ao longo da SD. Tais conceitos/termos científicos são frutos do conhecimento que o (a) estudante vem construindo do ponto de vista do conhecimento científico escolar e não do conhecimento acadêmico. O (a) estudante apresenta suas concepções prévias, na aula, e essas elaborações científicas criadas por ele (ela) serão mediadas pelo (a) professor (a) de modo a aproximar esse conhecimento do conhecimento científico escolar (Lopes, 1999).

Questões como anatomia do sistema sexual masculino, anatomia do sistema sexual feminino, fisiologia da reprodução, transformações do corpo e questões hormonais associadas à puberdade, menstruação, mecanismos da concepção e gravidez, aleitamento materno, entre outras questões, envolvendo a anatomia e a fisiologia dos sistemas sexuais, estão presentes nessa categoria, que esteve exposto em 53 (52,5%) das 101 evidências analisadas. A maioria dos questionamentos feitos pelos (as) estudantes são decorrentes da curiosidade que eles (as) possuem acerca do funcionamento e da anatomia do seu próprio corpo. Pereira, Santana e Waldhelm (2013) refletem que esse desconhecimento da anatomia e da fisiologia pode levar, muitas vezes, a angústias e ao desenvolvimento de tabus acerca da sexualidade. Os autores, ainda, afirmam que o conhecimento sobre a localização dos sistemas corporais e a associação das partes internas e externas são de extrema importância que os (as) crianças e adolescentes se reconheçam no corpo estudado.

Além disso, de acordo com Arcari (2017, p.17), “o conhecimento do próprio corpo, não ter vergonha de fazer perguntas e de pedir ajuda, saber nomear os genitais, definir o que são partes íntimas e aprender que nelas ninguém deve tocar, representam fatores de proteção contra a violência sexual.

De maneira a facilitar o desenvolvimento da análise, dessa categoria estruturante, foram estipuladas duas subcategorias: I) Anatomia e II) Fisiologia. Na subcategoria **Anatomia**, a qual contou com 18 (17,8%) evidências, foram evidenciados episódios que expressaram termos/conceitos científicos, os quais trataram das estruturas e dos sistemas do corpo humano, como a palavra útero, pênis, vagina, por exemplo, ou até mesmo sentenças que, implicitamente, abordaram aspectos anatômicos do corpo humano, evidenciando que os (as) estudantes se apropriaram de um conhecimento estudado, anteriormente, à SD. Alguns excertos são apresentados abaixo:

A3F3: Por que o **pênis** do homem fica duro?

A3F5: O que é mesmo o **útero**? É onde o bebê fica né!?

A3F7: E o lugar do xixi? É o mesmo por onde sai o bebê? No homem é no **pênis**!

Ao longo das atividades, os (as) estudantes apontaram o nome de alguns órgãos com questionamentos referentes às suas funções, indicando uma apropriação desses saberes no contexto do tema discutido, sendo notório, também, que a história e a vivência de cada estudante, também, contribuíram para a construção do conhecimento, que, juntamente, com as aulas foi se fortalecendo. Aulas como as de número 1, 3, 4 e 7 foram as que mais apresentaram ocorrências dessa categoria, por conterem atividades que foram planejadas para abordar, especificamente, os aspectos da puberdade, além das diferenças biológicas do corpo feminino e do corpo masculino, os órgãos sexuais e suas funções.

Na atividade proposta, na aula 1, e que teve continuação, na aula 3, os (as) estudantes foram convidados a representarem seus corpos, em tamanho real, da maneira que preferissem e, escrevessem suas características físicas, comportamentais e emocionais da maneira que desejassem. Tal exercício teve como objetivo promover a reflexão de que, além do corpo anatômico e fisiológico que possuímos, também, há nele sentimentos, emoções e pensamentos que constituem a individualidade de cada pessoa, assim como está descrito nos temas transversais do PCN, no fascículo Orientação Sexual:

“Ao ser abordado o corpo (da criança e do adulto, do homem e da mulher) e sua anatomia interna e externa, é importante incluir o fato de que os sentimentos, as emoções e o pensamento se produzem a partir do corpo e se expressam nele, marcando-o, e constituindo o que é cada pessoa (MEC, 1997a, p. 318)”.

Os PCN ainda defendem a não fragmentação dos conhecimentos acerca do corpo:

“As dimensões físicas, emocionais, cognitivas e sensíveis, cada uma se expressando e interferindo na outra, necessita ser explicitada no estudo do corpo humano, para que não se reproduza a sua concepção de conjunto fragmentado (MEC, 1997b, p. 318)”.

Na discussão, referente aos aspectos da puberdade, ao serem apresentados (as) ao livro “O que está acontecendo comigo?”, dos autores Peter Mayle e Arthur Robins, os (as) estudantes debateram sobre as características anatômicas e as adaptações sociais que são esperadas nessa fase da vida. De acordo com Furlani (2016), a discussão sobre a puberdade pode e deve ser discutida na Educação para Sexualidade, podendo ser sistematizada a partir dos 5, 6 e 7 anos, abordando as mudanças corporais mais importantes de serem mencionadas, tais como: as penugens nas axilas e nas regiões genitais, o crescimento muscular, o aumento de peso, as espinhas no corpo (rosto, braços, nádegas, costas), a oscilação na voz, alteração no cheiro (aumento de sudorese), o desenvolvimento dos seios (em meninas e meninos [chamada ginecomastia]), a primeira menstruação nas meninas (menarca), a primeira ejaculação nos meninos (polução noturna) e o início da capacidade reprodutiva.

Essas discussões que oportunizaram a articulação dos aspectos científicos com os aspectos socioculturais e que estiveram presentes, também, em outros encontros da SD, fizeram com que não ocorresse, unicamente, uma abordagem anatômico-fisiológica que, por vezes, não atende às dúvidas e às curiosidades dos (as) estudantes.

A subcategoria **Fisiologia**, que contou com 35 evidências, envolveu episódios em que os (as) estudantes, também, utilizaram termos e conceitos científicos adquiridos por meio da SD, só que para aspectos referentes ao estudo das funções e do funcionamento dos sistemas sexuais, pertencentes ao campo de estudo da Fisiologia Humana. O primeiro indício, dessa subcategoria, foi encontrado durante uma discussão, na primeira aula, sobre a fisiologia da gravidez gemelar, quando o aluno **A1F10** questiona: Como uma mulher pode ter **filhos gêmeos**?. Ao debaterem sobre as diferenças existentes entre as pessoas, os (as) estudantes estabeleceram relação com duas alunas da turma que são gêmeas dizigóticas, chegando à

conclusão que mesmo os irmãos gêmeos, por mais parecidos que sejam, ainda assim são diferentes entre si.

Em outros momentos da SD, ocorreram diversos questionamentos acerca da fisiologia.

A2F1: Por que as meninas **fazem xixi com sangue?**

A3F6: **Por onde entra o espermatozoide** do homem no corpo da mulher?

A4F15: Como o **bebê respira? E como eles comem?**

A4F16: É verdade que a **água que a mãe toma vira leite para o bebê?**

Ao analisarmos essa subcategoria, podemos remetê-la à abordagem médico-biologista proposta por Nunes (1996), onde a sexualidade e o corpo humano são concebidos como um conjunto de funções e aparelhos que determinam o funcionamento biológico. No entanto, como apresentada, nesta pesquisa, os (as) estudantes puderam refletir sobre a temática, fazendo relações com aspectos sociais e culturais implicados na não abordagem reducionista da Educação para a Sexualidade.

Muitos dos questionamentos feitos pelos (as) estudantes a respeito do funcionamento do corpo humano são frutos da curiosidade que, de acordo com Albert Einstein (1879-1955), é mais importante do que o próprio conhecimento. No entanto, acredita-se que é a curiosidade que estimula o conhecimento, e a escola é o lugar onde esse conhecimento deve ser discutido, por meio do diálogo, da escuta e da reflexão, sendo, portanto, um excelente espaço para a abordagem da Educação para Sexualidade em todas as suas dimensões.

“Muitas vezes os professores ignoram as curiosidades das crianças sobre sexualidade ou respondem suas perguntas de forma equivocada e fantasiosa, o que gera a construção de conceitos errôneos, insegurança, tensão e ansiedade. Nota-se então, grande despreparo para se trabalhar o tema dentro de sala, principalmente devido à influência de preconceitos sobre o tema que os professores carregam de acordo com suas experiências e crenças (Silva, 2007)”

Mesmo que a turma tenha apresentado uma boa aceitação frente ao desenvolvimento da SD, esperava-se maior participação por parte dos (as) estudantes nas discussões e reflexões propostas. Em muitas situações, eram sempre os (as) mesmos (as) estudantes a fazerem os comentários e as articulações com os assuntos que haviam sido estudados anteriormente. Em outras vezes, as manifestações eram quase nulas. Acredita-se que isso se deve ao fato de que os (as) estudantes estão condicionados, muitas vezes, a um ensino tradicional cujos conteúdos são ensinados por meio de metodologias que não oportunizam o diálogo, a escuta, a participação; compreendendo, muitas vezes, o (a) estudante como mero repositório de informações, não preconizando a mediação do professor (a) como imprescindível para a apropriação do conhecimento científico, bem como a presença do (a) estudante como condição primordial para que ocorra a atividade de ensino. Outro fator, que pode ter sido o causador dessa pouca participação atípica da turma, onde a SD foi implementada, é o assunto da sexualidade propriamente dito, que, como já ratificado anteriormente, ainda, é arraigado de tabus e preconceitos e que não são superados tão facilmente, levando tempo para serem desconstruídos.

Na categoria **Aspectos Socioculturais da Educação para Sexualidade**, estavam agrupadas as considerações feitas pelos (as) estudantes em que os aspectos da sexualidade abordaram as vivências individuais, os valores, as crenças, os mitos e os preconceitos, construídos ao longo da socialização de cada um (a). Além disso, questões envolvendo políticas públicas como as IST e o abuso sexual infantil, também, foram consideradas nessa categoria.

Assim como Figueiró (1996), Melo (2002), Louro (2007), Furlani (2016) e Varela e Ribeiro (2017), a Educação para Sexualidade defendida, neste trabalho, concebe que a sexualidade, ao mesmo tempo que envolve questões biológicas, envolve, também, aspectos individuais, sociais, psíquicos, históricos e culturais que são carregados ao longo da história e que influenciam valores, crenças, normas e práticas de vida que estão presentes na sociedade e que são aprendidas, partilhadas e transmitidas.

Uma abordagem da sexualidade como essa vai ao encontro com às abordagens Política, Concepção Dialética e Política e Emancipatória propostas por Figueiró (1996), Nunes (1996) e Furlani (2016), respectivamente, cuja principal característica é proporcionar discussões acerca dessa temática, considerando seus aspectos socioculturais na abordagem de questões, como por exemplo, as relações de poder e do respeito às diferenças. Além do mais, esse tipo de abordagem científica/sociocultural visa contribuir na busca pela cidadania para todos, no desenvolvimento de atitudes, valores, capacidade de compreensão e na

críticidade em relação ao próprio comportamento e também ao comportamento da sociedade como um todo, para que possam buscar viver a sexualidade com liberdade, responsabilidade e naturalidade.

Dessa forma, a análise de dados permitiu perceber que os Aspectos Socioculturais da Educação para Sexualidade estiveram presentes em 48(47,5%) das 101 evidências analisadas e, de maneira a facilitar o desenvolvimento da análise, dessa categoria, foram definidas quatro subcategorias: I) Respeito às diferenças, II) Crenças e Tabus, III) Prevenção e Saúde e IV) Proteção.

A subcategoria **Respeito às diferenças** pormenorizou a capacidade dos (as) estudantes de perceberem a sociedade como sendo composta por pessoas que se diferem entre si pelo seu modo de vida particular, hábitos, costumes, valores e experiências, o que faz com que a sociedade seja extremamente múltipla ou plural, como também pode ser conhecida.

“O respeito às diferenças de identidade, gênero, raça, crença, folclore, culinária, linguagem, etnia, valores morais, éticos, saberes, opção sexual, interesses pessoais, assim como o respeito às características físicas e emocionais de cada pessoa, quando discutidos e exercitados por meio de um olhar igualitário, podem contribuir para erradicar práticas de intolerância à diversidade, bullying, racismo, construções de gênero e toda e qualquer discriminação (Fernandes, 2020)”.

Alguns indícios, dessa subcategoria, podem ser observados nos excertos abaixo:

A1F6: Ela é feia?

A3F1: Cada pessoa tem um tempo, igual quando a gente aprende a ler.

A evidência em A1F6 foi desencadeada após a realização de uma atividade em que os (as) estudantes precisavam fazer perguntas sobre os colegas, cujas respostas só poderiam ser “sim” ou “não”. Imediatamente, a aula foi interrompida e foi oportunizada uma reflexão acerca do comentário realizado por um (a) dos (as) estudantes. A atitude, anteriormente, mencionada, enquadra-se na prática de *bullying*, a qual, de acordo com a Lei nº 13.185, sancionada em 2016, classifica-a como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. A classificação também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros.

O excerto A3F1 indica, por meio da fala simples do estudante, uma conscientização a respeito da individualidade de cada pessoa e o olhar para esse desenvolvimento que não ocorre ao mesmo tempo e que precisa ser respeitado. O direito de “ser” foi promulgado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988, Art. 206), “ao eleger como fundamento da nossa república, a cidadania e a dignidade da pessoa humana e como um dos seus objetivos fundamentais [...] a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Inserida, nessa categoria, estava também a discussão das diferentes formas de organização familiar, contemplada na atividade da aula 2, na qual cada estudante desenhou a própria família. Após a atividade, foi realizada a leitura do livro “É tudo família!: sobre a filha da nova namorada, sobre o irmão da ex-mulher do papai e outros parentes”, e feita a reflexão sobre as diferentes configurações familiares que fazem parte da contemporaneidade.

“Numa Educação Sexual que busca problematizar a exclusão de diferentes identidades, é preciso incluir na discussão outras formas familiares, mesmo que elas não apareçam espontaneamente na fala das crianças. Por exemplo, mencionar as famílias onde a/o ‘chefe’ – ou pessoa de referência – não é um homem; família com mulheres (e/ou homens) solteiros/as com filhos/as; famílias com filhas/os agregada/os de diferentes casamentos; famílias com filhos/as adotados/as; famílias constituídas por mulheres ou homens homossexuais com filhas/os legítimos ou filhos/as adotados/as; famílias onde os/as avós moram junto, etc. (Furlani, 2005, p. 76)”.

Nesse contexto, a Escola possui um papel fundamental, pois ao promover a cultura da paz e de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos à diferença, torna-se um espaço de inclusão, de igualdade de oportunidades e que combate preconceitos, discriminações e diversos tipos de violência, especialmente, a que se refere a questões de gênero e de sexualidade.

Em **Crenças e Tabus**, foram compreendidos 19 episódios, nos quais os (as) estudantes reproduziram a crença proveniente da origem familiar e da cultura e que, muitas vezes, foi influenciada por pessoas do convívio, além de depoimentos acerca de alguma situação vivenciada, ou que foi contada a eles (as) envolvendo a sexualidade. Nos trechos abaixo, são expostas algumas situações dessa subcategoria que também contou com excertos em que a sexualidade foi vista como um assunto proibido, censurado e perigoso.

A1F15: Professora, ele tá **pelado!**

A1F16: Uj, que **nojo!**

Os excertos acima se deram tão logo ocorreu a explicação sobre as células reprodutivas femininas e masculinas, a junção e como herdamos as características de nossos pais, sendo apresentados aos (as) estudantes desenhos de pessoas nuas. De acordo com Furlani (2016) e Arcari (2017), o corpo, em nossa cultura, é algo que a ser “escondido” e a nudez arraigada de tabus. Segundo as autoras, a criança se depara com a nudez em diversos contextos, seja em casa, vendo os pais trocarem de roupa, em obras de arte, na mídia ou em outros lugares, contudo o que vai fazer diferença é como os adultos vão orientar a criança sobre isso. A curiosidade pelo corpo nu já é expressa em crianças da Educação Infantil e, ao ser abordada, com recursos didáticos que mostram a nudez nos brinquedos (bonecos/as) e ilustrações/desenhos de livros didáticos e paradidáticos, a informação da nudez, em contextos saudáveis, torna-se essencial para o desenvolvimento da criança e até para a prevenção da violência sexual.

Outra evidência, dessa categoria, é mostrada no excerto a seguir, quando o (a) estudante hesita em continuar a pergunta, provavelmente por vergonha.

A2F7: E o menino? Eu sei que não menstrua, mas...**ah, deixa quieto.** Quando sabe que pode ser pai?

Nesse diálogo, é possível perceber o quanto os temas referentes à sexualidade ainda são vistos como proibidos, como se esse tipo de questionamento, feito pelo (a) estudantes, fosse um erro. Para Figueiró (2009), cabe à Escola promover debates que contribuam para a desconstrução dessa visão de “proibido”, a fim de que os (as) estudantes exponham seus questionamentos, sanem suas curiosidades e até mesmo desmitifiquem alguns assuntos, quebrando tabus.

“[...] a Educação Sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo (Figueiró, 2009, p. 163)”.

Ao longo dos encontros da SD, também foi evidenciado o quanto a questão da reprodução é um tabu, uma vez que é vista como obrigatória, ideia essa que certamente é aprendida desde a Educação Infantil e reiterada, muitas vezes, nos currículos de Ciências e Biologia durante a escolarização. A reprodução precisa ser problematizada de modo que seja apresentada como uma possibilidade de escolha e não um ato de procriação, o qual gera filhotes, mas também, conforme orienta Furlani (2016), voltada ao prazer, à realização pessoal e à realização do casal, sendo assim, nem sempre os envolvimento íntimos e afetivos irão gerar filhos (as).

Foram consideradas, na subcategoria **Prevenção e Saúde**, as falas e as atividades que envolveram a questão da higiene pessoal e da vacinação obrigatória, que são umas das principais medidas para manter o corpo saudável. Além disso, têm a gravidez precoce e as IST que representam, além de um risco biológico, um risco social, e os métodos contraceptivos e preservativos, o uso ou desuso, também, incorporaram essa subcategoria. Para exemplificar melhor essa subcategoria, que contou com 15 episódios, em um total de 101, alguns episódios foram selecionados:

A1F20: Professora, você sabia que eu conheço **uma menina que está grávida aos 16 anos?**

A5F7: Que horror, professora! Essa doença aí, o **HPV, não tem como saber quem tem né!?**

A gravidez, na adolescência, é um problema social que vem assolando a população há algum tempo, principalmente, as populações mais pobres. De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) (UNFPA, 2019), disponibilizado no mês de abril de 2019, o Brasil detém um índice maior que a taxa

mundial de gravidez na adolescência, totalizando 62 adolescentes grávidas para cada grupo de mil jovens do sexo feminino, na faixa etária de 15 a 19 anos.

A Educação para Sexualidade vem como uma tentativa de conscientizar os (as) adolescentes acerca da vida sexual, das IST e dos métodos contraceptivos, além dos aspectos sociais que envolvem essa temática, de modo que sejam capazes de tomar decisões mais adequadas, desenvolvendo, assim, um compromisso consigo mesmo e com o outro.

Outra questão exposta, no excerto A5F7, refere-se à vacina do HPV e à reflexão feita a partir da dinâmica proposta na aula 5, sobre as IST. Segundo dados divulgados, em um boletim, no dia 06 de junho de 2019, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), “a cada dia, há mais de 1 milhão de novos casos de infecções sexualmente transmissíveis (IST) curáveis entre pessoas de 15 a 49 anos” (OMS, 2019). Essas IST têm um impacto profundo na saúde de adultos e crianças no mundo e, como mostra o boletim, há uma relativa falta de progresso em parar a propagação dessas infecções.

De acordo com Furlani (2016, p. 132), “a maximização das condutas de sexo seguro (que evitam a gravidez na adolescência, bem como a contaminação de IST), na juventude e na vida adulta, serão mais facilmente e efetivamente adotadas quando a Educação Sexual se iniciar na infância”, ou seja, quando iniciada na infância, a Educação para Sexualidade tende a ser mais eficiente, uma vez que as crianças da Educação Infantil e dos primeiros anos, do Ensino Fundamental, mostram-se mais tranquilas para essas discussões, principalmente, por não apresentarem, “interesse” na prática sexual. Além do mais, essa discussão pode contribuir também para a construção gradativa de uma “Cultura Educacional de Prevenção”.

Dentro da categoria **Proteção**, estão os conhecimentos dos (as) estudantes acerca de situações em que uma criança ou adolescente são invadidos em sua sexualidade e que sabe, ou não, se proteger dessa violação. Abaixo, alguns trechos indicam estas observações:

A6F4: Sim, é quando um adulto fica mexendo nas partes íntimas de uma criança.

A6F5: Minha mãe já falou que se alguém quiser mexer comigo é pra eu falar pra ela ou para algum adulto que estiver por perto.

Tais excertos indicam a percepção dos (as) estudantes acerca de conceitos importantes de proteção. A Educação para Sexualidade, quando abordada, desde muito cedo, tem mais essa função, a de tornar as crianças e adolescentes mais seguros para se comunicarem com os pais e/ou professores (as), tendo esses como uma fonte de proteção contra o abuso sexual infantil.

Segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) (ABRAPIA, 2002), a Educação para Sexualidade é uma ferramenta importante na prevenção da violência sexual, compreendendo um trabalho informativo junto com os pais ou responsáveis da criança e/ou adolescente; a sensibilização da comunidade acerca dos fatores desencadeantes do abuso sexual, sua identificação, prevenção e tratamento; e um trabalho de orientação no ambiente escolar que busque fornecer informações sobre sexualidade, assim como criar espaços de reflexão e questionamentos sobre posturas, tabus crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais.

“As atividades de Educação Sexual, sobretudo aquelas que discutem o corpo humano voltadas ao desenvolvimento da autonomia pessoal e corporal, podem ajudar as crianças a identificarem o momento em que a pessoa adulta ‘ultrapassa’ os limites da sua intimidade, causando-lhes constrangimentos. Além disso, as atividades pedagógicas sistemáticas, comuns ao currículo escolar, podem contribuir para que as crianças e jovens reconheçam a existência de uma ‘cultura sexual’ na escola (que ‘conversa sobre o assunto’) e, portanto, de apoio e encorajamento nos casos de dúvidas, receios e/ou medos, por parte da criança, em denunciar um (a) abusador (a) (Furlani, 2016, p. 92)”.

Outro fragmento selecionado, para exemplificar essa subcategoria, ocorreu após os (as) estudantes serem questionados sobre os motivos pelos quais uma criança não pode ter filhos (as):

A4F9: Não sei. Acho que é porque a gente é criança e criança não faz nada disso (relação sexual).

Tal argumento indica que esse (a) estudante consegue distinguir que a prática sexual é uma possibilidade a ser realizada na fase adulta e não na infância. Esse tipo de informação acerca do corpo e da sexualidade pode tornar a criança menos vulnerável ao abuso sexual e com capacidade de se expressar e buscar ajuda caso esteja sofrendo algum tipo de violência.

Por fim, ao longo dos sete encontros, os estudantes puderam problematizar, questionar e discutir, sob diversos pontos de vista, questões que envolveram todas as categorias e subcategorias da Educação para Sexualidade propostas, permitindo o enriquecimento das análises e das reflexões, atingindo, assim, o objetivo de abordar a Educação para Sexualidade em todos os seus aspectos, nos anos iniciais, do Ensino Fundamental. Cabe lembrar, também, que as atividades propostas, ao longo da SD, bem como as reflexões tecidas aqui, são o início de um processo de inclusão de todos os aspectos da Educação para Sexualidade no espaço escolar, uma vez que, conforme mostrado ao longo do trabalho, o científico é indissociável do sociocultural e sua abordagem são inúmeras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, foi possível observar as grandes potencialidades da Educação para Sexualidade no que tange a sua abordagem nos anos iniciais, do Ensino Fundamental. A SD, que buscou articular o científico e o sociocultural da sexualidade, de maneira equilibrada, ao longo das sete aulas planejadas, propiciou aos (as) estudantes discussões que permitiram que fosse estabelecida uma ligação entre as aulas, as suas vivências e seus conhecimentos prévios, além de que entendessem, acima de tudo, a sexualidade como inerente à vida e que está expressa no ser humano desde o nascimento até a morte.

Essa articulação, entre as dimensões da Educação para Sexualidade, vai ao encontro do que defende o Ensino de Ciências, cujo objetivo é extrapolar a dimensão meramente conceitual e trazer para o espaço escolar problemas de interesse social, considerando o cotidiano dos (as) estudantes para realizar as problematizações, na tentativa de que os conhecimentos adquiridos por eles (as) possam levá-los a tomada de posicionamentos e decisões em relação à sociedade, em relação a si mesmos e no seu autodesenvolvimento, o que também é um dos objetivos do trabalho com a Educação para Sexualidade.

As análises empreendidas foram pautadas em duas grandes categorias e subcategorias associadas, desenvolvidas ao longo da pesquisa. A categoria aspectos científicos da Educação para Sexualidade possuía como subcategoria: a) Anatomia e b) Fisiologia. Já a categoria, aspectos socioculturais da Educação para Sexualidade, estava correlacionada às subcategorias: a) Respeito às diferenças; b) Crenças e Tabus; c) Prevenção e Saúde e d) Proteção.

Os resultados apontaram que as categorias estabelecidas se mostraram eficazes no desenvolvimento das atividades e das discussões acerca da sexualidade. Todavia os resultados dessa sequência não apareceram de imediato, nem tão pouco puderam ser avaliados, pois mesmo que os (as) estudantes tenham realizado as atividades e tivessem refletido sobre a temática, eles (as) podem tomar atitudes que são contrárias à proposta da SD. Os resultados, de fato, só poderão ser identificados ao longo da vida dos (as) estudantes por meio de suas ações e relações exercidas com o contexto em que estiverem inseridos (as). No entanto, essa impossibilidade de avaliação não caracterizou uma limitação da SD, bem pelo contrário, a boa aceitação da turma frente ao desenvolvimento da sequência pode ser verificada nas atividades realizadas durante os encontros, nas quais eles se empenharam na realização.

O trabalho com a Educação para Sexualidade não deveria ocorrer apenas em situações pontuais, como ocorreu na SD, mas, sim, acompanhar o (a) estudante por toda a vida, apresentando os conceitos referentes à sexualidade, à medida que a idade vá possibilitando o aprofundamento desses conceitos, contudo, pode-se dizer que, mesmo que realizado em um curto espaço de tempo, a Educação para Sexualidade, aqui representada pela SD, atingiu o objetivo de promover a discussão, a reflexão e a conscientização sobre a sexualidade dentro do espaço escolar com estudantes dos anos iniciais, do Ensino Fundamental, articulando seus aspectos científicos com os socioculturais.

Em relação à igualdade de gênero, é possível que a SD proposta tenha deixado lacunas, ao não mencionar a palavra gênero ao longo de seus encontros. Essa omissão foi intencional, a fim de evitar possíveis enfrentamentos com pais e/ou responsáveis, o que poderia acarretar na não participação de algum/alguma estudante, o que definitivamente não era o objetivo dos autores. Todavia, abordar a igualdade de gênero com os (as) estudantes é imprescindível e urgente, uma vez que pode levá-los (as) a redefinir padrões comportamentais, tanto para a própria geração quanto para as futuras.

Outro limite identificado, foi seguir os passos sequenciais propostos pela metodologia dos Três Momentos Pedagógicos (3MP), idealizados por Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002), no tempo estimado, como planejado na SD, tendo como ponto de atenção uma turma por vezes agitada. Mesmo que tenha sido desafiador, a metodologia dos 3MP, como é seu objetivo, permitiu romper com o tradicional paradigma curricular, abandonando a abordagem meramente conceitual e substituindo a memorização pela resolução de problemas que foram propostos a partir de experiências vividas pelos (as) estudantes.

A metodologia de análise foi outro limite encontrado pelos pesquisadores, uma vez que a Análise de Conteúdo consente ao pesquisador a construção de categorias a *posteriori*; porém conceber a sexualidade em fragmentos foi instigante, uma vez que, após a leitura de um referencial teórico, entende-se as dimensões da sexualidade como indissociáveis.

De modo geral, esta pesquisa buscou indicar contribuições para a abordagem de uma Educação para Sexualidade abrangente e de qualidade, no espaço escolar, sem esgotar o assunto e permitindo novos estudos e enfoques a partir dos principais limites e potencialidades encontrados. Por fim, é necessário, cada vez mais, que seja mostrada, à sociedade e aos governantes, a importância e a potência dessa temática no enfrentamento de preconceitos, exclusão e desrespeito à diversidade, bem como a necessidade de criação de políticas públicas que tenham como foco a prevenção do abuso sexual e as IST, garantindo, como Direito, a formação de crianças e de adolescentes sexualmente saudáveis que se tornarão adultos conscientes e responsáveis sobre os próprios corpos, sobre o corpo do outro, valorizando e exercendo os direitos sexuais.

REFERÊNCIAS

- Aikenhead, G. S. (2005). Educación ciencia-tecnología-sociedad (CTS): una buena idea como quiera que se le llame. *Educación Química*, 16(2), 304-315. Recuperado de https://andoni.garriz.com/documentos/aikenhead_a_rose_by_any_other_name.pdf
- Arcari, C. (2017). *Pipo e Fifi em*: Como conversar com as crianças sobre nudez? Instituto Cores. Recuperado de https://7bade3ca-175c-4091-a883-617da1919eff.filesusr.com/ugd/5117a5_dc61270940974548aa8078f2fd46eb54.pdf
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – ABRAPIA (2002). *Abuso sexual: mitos e realidade* (3a ed.). Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados.
- Bardin L. (2016). *Análise de conteúdo*. (3a ed.). Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Porto.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- Damiani, M. F., Rochefort, R. S., Castro, R. F. de, Dariz, M. R. & Pinheiro, S. S. (2013). Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. *Cadernos de Educação*, 45, 57-67. Recuperado de <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/38222>
- Delizoicov, D., Angotti, J. A., & Pernambuco, M. M. (2002). *Ensino de ciências: fundamentos e métodos*. São Paulo, SP: Cortez.
- Fernandes, F. (2020). A Educação para Sexualidade nos Anos iniciais. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68800?show=full>
- Figueiró, M. N. D. (1996). A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. *Cadernos de Pesquisa*, 98, 50-63. Recuperado de: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/795>
- Figueiró, M. N. D. (2007). *Homossexualidade e Educação sexual: construindo o respeito à diversidade*. Londrina, PR: Uel.
- Figueiró, M. N. D. (Org.) (2009). *Educação sexual: múltiplos temas compromissos comuns*. Londrina, PR: UEL.

- Furlani, J. (2005). *O bicho vai pegar! Um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos de educação infantil*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13259>
- Furlani, J. (2016). *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a. ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Gulo, F. H. (2011). *Educação sexual na escola e juventude: um estudo das pesquisas acadêmicas no Brasil (2000-2004)*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP. Recuperado de http://www2.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/2010/fabio_gulo.pdf
- Lei n. 5.692 (1971, 11 de agosto). Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, Diário Oficial da União, 12/8/1971. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm
- Lei n.13.185 (2015, 6 de novembro). Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, 9/11/2015. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113185.htm
- Lopes, A. C. (1999). *Conhecimento escolar: ciência e cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ: Uerj.
- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 7-23. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?lang=pt>
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: Pedagógica e Universitária.
- Maio, E. R. (2012). Gênero, sexualidade e educação: questões pertinentes à Pedagogia. In E. J. G. de Carvalho & R. C. Faustino (Orgs.). *Educação e Diversidade Cultural* (pp. 209-222). (2a ed.). Maringá, PR: Eduem.
- MEC – Ministério da Educação. (1997a). Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>
- MEC – Ministério da Educação. (1997b). Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>
- MEC – Ministério da Educação. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Recuperada de http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- Melo, S. M. M. de (2002). *Educação e sexualidade: caderno Pedagógico* (2a ed.). Florianópolis, SC: Dioesc.
- Nunes, C. A. (1996). *Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar*. (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252438>
- OMS – Organização Mundial da Saúde. (2019). *More than 1 million new curable sexually transmitted infections every day*. Suíça. Recuperado de <https://www.who.int/news/item/06-06-2019-more-than-1-million-new-curable-sexually-transmitted-infections-every-day>
- Pereira, A. M., & Santana, M., & Waldhelm, M. (2013). *Projeto Apoema Ciências*, 8º ano. São Paulo, SP: Editora do Brasil.
- Sayão, R. (1997). Saber o sexo: os problemas da informação sexual e o papel da escola. In J. G. Aquino (Org.) *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas* (pp. 97-105). São Paulo, SP: Summus.
- Silva, M. C. P. da (2007). *Sexualidade começa na infância*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Silva, V. R. da (2018). *Contribuições de uma sequência didática para a promoção da alfabetização científica nos anos iniciais*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/55995>

UNFPA (2019). Situação da População Mundial 2019. UNFPA. Recuperado de https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/situacao_da_populacao_mundial_final.pdf

Varela, C. M., & Ribeiro, P. R. C. (2017). Educação para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual. In: P. R. C. Ribeiro, & J. C. Magalhães, (Org.) *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade* (pp. 11-24) Rio Grande, RS: Furg.

Xavier Filha, C. (2009a). Educação para a Sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual: carregar água na peneira, catar espinhos na água e a prática de (des)propósitos. In C. Xavier Filha (Org.). *Educação para a Sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual* (pp. 19-43). Campo Grande, MS: Ufsm.

Xavier Filha, C. (2009b). Educação para a Sexualidade: carregar água na peneira? In P. R. C. Ribeiro, M. R. S. da Silva & S. V. Goellner. (Orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente* (pp. 85-103). Rio Grande, RS: Editora da Furg.

Zabala, A. (Org.) (1998). *Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul.

Recebido em: 26.04.2021

Aceito em: 05.08.2021